

## SENTIDOS DE ITINERÁRIOS FORMATIVOS: REFLEXÕES SOBRE A POLÍTICA CURRICULAR EM MATO GROSSO

GT 10: Ensino, currículo e organização escolar

**Trabalho completo**

Taysa Paganotto LEMES 1 (Programa de Pós-graduação em Educação/UFMT)

[taysalemes@hotmail.com](mailto:taysalemes@hotmail.com)

Kerzi Samary de Oliveira Custodio HARTMANN 2 (Programa de Pós-graduação em Educação/UFMT)

[kerzi.hartmann@sou.ufmt.br](mailto:kerzi.hartmann@sou.ufmt.br)

Patrícia Groschank Carolo NASCIMENTO 3 (Programa de Pós-graduação em Educação/UFMT)

[patriciagroschank@gmail.com](mailto:patriciagroschank@gmail.com)

Geniana dos SANTOS 4 (Programa de Pós-graduação em Educação/UFMT)

[geniana.santos@ufmt.br](mailto:geniana.santos@ufmt.br)

### Resumo

A pesquisa tematiza as políticas relacionadas à reforma de Ensino Médio no contexto de Mato Grosso<sup>1</sup> com o foco nos itinerários formativos. São ancoradas na perspectiva discursiva de currículo (Lopes e Macedo, 2011); Lopes (2012); Lopes (2019); e na discussão de Stephen J. Ball (2005; 2010); sobre as políticas educacionais. Como resultados, as discussões problematizam as escolhas dos estudantes frente à *flexibilização curricular* proposta. Além disso, destacamos a parceria público/privado nas escolas vocacionadas e na política de Mais Inglês.

**Palavras-chave:** Ensino Médio. Itinerários Formativos. Flexibilização Curricular.

### 1 Introdução

Esta pesquisa está articulada a um contexto maior de discussão sobre o Ensino Médio, organizada pelo Projeto Universal da Capes nº 40405025/2023-8, cuja coordenação é realizada por uma pesquisadora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Na referida pesquisa, nossa colaboração consiste em identificar e problematizar aspectos relativos às reformas curriculares voltadas ao Ensino Médio em Mato Grosso. Trata-se de uma pesquisa de alcance internacional, em rede, que envolve países como Brasil, Chile e México, bem como diferentes estados brasileiros, em suas especificidades (Bahia; Minas Gerais, Rio de Janeiro, Mato Grosso, entre outros).

Sobre a temática do estudo, destacamos que o Ensino Médio é a última etapa da Educação Básica brasileira, com duração de três anos de percurso, tendo como público os jovens advindos do Ensino Fundamental, em diferentes modalidades. Em relação a essa etapa,

---

<sup>1</sup> Esta pesquisa está inserida no Projeto Universal da Capes nº 40405025/2023-8, coordenado por Alice Casimiro Lopes (UERJ)

identificamos muitas projeções a respeito da inserção de tais jovens no mundo do trabalho, além das expectativas de inserção em âmbitos acadêmicos universitários. Essa dupla orientação formativa compõe e atualiza-se constantemente, mas tem como referência a formação para o trabalho, ou seja, a formação técnica e a formação para o âmbito acadêmico-científico.

Conforme assinalam Mota, Casagrande e Alonso (2022) o grupo prioritário de atendimento possui idade entre 15 e 17 anos, contudo esse corte de faixa etária varia, considerando aspectos contextuais, como por exemplo, a distorção idade-série, que, em Mato Grosso, tem sido maior que a média brasileira em termos percentuais (Mota, Casagrande e Alonso, 2022).

Conforme os autores supramencionados, “[...] os dados do Censo Escolar 2021, a rede estadual mato-grossense matriculou cerca de 127.628 estudantes em jornadas parciais e 5.768 em escolas de tempo integral do Ensino Médio. Nesse aspecto, ainda nas análises destacadas, “[...] a rede estadual responde por mais de 85,4 % das matrículas, enquanto a rede privada atende 8,6%. (Mota, Casagrande e Alonso, 2022, p. 05).

A etapa do ensino médio atualmente está estruturada em dois grupos, formação geral básica e os itinerários formativos. Em consonância com essa organização a Base nacional Comum Curricular – BNCC, traz que:

Na direção de substituir o modelo único de currículo do Ensino Médio por um modelo diversificado e flexível, a Lei nº 13.415/201754 alterou a LDB, estabelecendo que O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber: I – linguagens e suas tecnologias; II – matemática e suas tecnologias; III – ciências da natureza e suas tecnologias; IV – ciências humanas e sociais aplicadas; V – formação técnica e profissional (Brasil, 2018, p. 470).

A organização curricular do Ensino Médio conforme a proposta pela formação geral básica e os itinerários formativos de acordo com a BNCC são um todo indissociável e traz competências e habilidades que visam “[...] consolidar, aprofundar e ampliar a formação integral, atende às finalidades dessa etapa e contribui para que os estudantes possam construir e realizar seu projeto de vida, em consonância com os princípios da justiça, da ética e da cidadania”. (Brasil, 2018, p. 473).

Para compreender melhor o conceito de formação geral básica, a organização curricular e as propostas pedagógicas, destaca-se que devem garantir as aprendizagens essenciais expressos na BNCC. Assim a DCNEM/2018 afirma que:

[...] devem contemplar, sem prejuízo da integração e articulação das diferentes áreas do conhecimento, estudos e práticas de: I - língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas, também, a utilização das respectivas línguas maternas; II - matemática; III - conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e

política, especialmente do Brasil; IV - arte, especialmente em suas expressões regionais, desenvolvendo as linguagens das artes visuais, da dança, da música e do teatro; V - educação física, com prática facultativa ao estudante nos casos previstos em Lei; VI - história do Brasil e do mundo, levando em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia; VII - história e cultura afro-brasileira e indígena, em especial nos estudos de arte e de literatura e história brasileiras; VIII - sociologia e filosofia; IX - língua inglesa, podendo ser oferecidas outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente o espanhol, de acordo com a disponibilidade da instituição ou rede de ensino (Brasil, 2018, p. 6).

Em relação aos itinerários formativos, a BNCC apresenta que os mesmos são estratégicos para a organização curricular flexível, pois possibilitam opções de escolha aos estudantes

[...] podem ser estruturados com foco em uma área do conhecimento, na formação técnica e profissional ou, também, na mobilização de competências e habilidades de diferentes áreas, compondo itinerários integrados, nos seguintes termos das DCNEM/2018: I – linguagens e suas tecnologias: aprofundamento de conhecimentos estruturantes para aplicação de diferentes linguagens em contextos sociais e de trabalho, estruturando arranjos curriculares que permitam estudos em línguas vernáculas, estrangeiras, clássicas e indígenas, Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), das artes, design, linguagens digitais, corporeidade, artes cênicas, roteiros, produções literárias, dentre outros, considerando o contexto local e as possibilidades de oferta pelos sistemas de ensino. (Brasil, 2018, p. 479).

Ainda sobre os itinerários formativos o DCNEN/2018 em seu Art. 6º que introduz a finalidade de determinados termos presentes na Resolução, em seu inciso III, informa que:

III - itinerários formativos: cada conjunto de unidades curriculares ofertadas pelas instituições e redes de ensino que possibilitam ao estudante aprofundar seus conhecimentos e se preparar para o prosseguimento de estudos ou para o mundo do trabalho de forma a contribuir para a construção de soluções de problemas específicos da sociedade; (Brasil, 2018, p. 2).

Em função desse complexo contexto formativo, temos, atualmente, investimentos tanto de contextos públicos quanto privados em disputa, buscando definir um projeto educativo para os jovens em Mato Grosso, e, podemos afirmar que isso é recorrente em todo Brasil. Desse modo, é possível assinalar que o Ensino Médio é um território de intensa disputa curricular, em que as demandas contextuais vão construindo uma rede política complexa de articulação e hegemonia sobre projetos de ser e vir a ser para o jovem.

Neste trabalho, procuramos destacar a configuração do Ensino Médio em Mato Grosso, após reforma curricular, considerando três eixos identificados como nucleares da política curricular local, quais sejam: itinerários formativos; escolas vocacionadas; parceria público e privado na formação técnica profissional. Tal identificação ocorre a partir de um movimento de pesquisa bibliográfica e de um levantamento documental.

Aqui, em específico, destacamos os resultados desse empreendimento, visto ter sido estabelecido como nosso objetivo: compreender como o Ensino Médio tem se configurado no

contexto brasileiro, após a Reforma dessa etapa de ensino, tratando mais especificamente, das disputas em torno da expressão significativa: itinerários formativos. Desse esforço, depreendemos os possíveis sentidos fixados em contextos locais.

## 2 Aspectos Teóricos

Entendemos que a construção de tradução curricular em torno da proliferação de itinerários formativos, muito além de reforçar a política curricular, mostra, nesse caso, sua falibilidade do sentido proposto para currículo comum. Desse modo, a multiplicação de tentativas de estruturar *caminhos*, *trilhas*, *itinerários*, evidenciam que a Base Nacional Comum Curricular, enquanto argumento de direito de aprendizagem comum a todos, falhou.

Nossa compreensão de currículo se alinha a perspectiva discursiva de currículo (Lopes e Macedo, 2011), que está ancorada na problematização de cunho pós-estrutural, de modo a considerar, centralmente, a linguagem como constitutiva do social (Laclau, 2011; 2013). Com Laclau, pensamos os dispositivos de análise retórica, pautados na deliberação, na injuntividade e no louvor à determinadas demandas sociais. Além, sobretudo, de problematizar a indissociabilidade de afeto nos contextos de decisão política, especialmente, nos âmbitos em que vivem os sujeitos para quem certas políticas são endereçadas.

Quanto à centralidade da aprendizagem nos processos de disputa por bandeiras curriculares, especialmente voltadas ao Ensino Médio, nos aproximamos de Gert Biesta, que em sua obra “Para além da aprendizagem” traz um novo conceito de “aprendizagem” e “educação” o que nos chama a atenção para um deslizamento do sintagma ensinar na contemporaneidade. Conforme o autor, “Ensinar foi redefinido como apoiar ou facilitar a aprendizagem, assim como a educação é agora frequentemente descrita como propiciadora de oportunidades ou experiências de aprendizagem” (Biesta 2013, p. 20).

O autor nos leva a refletir sobre as diversas formas de ensinar e de aprender, indicando a necessária reflexão sobre qual objetivo se ensina e se aprende. Partindo desse pensamento e analisando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em 2017, tornou-se obrigatório o ensino de inglês, desde o 6º ano do ensino fundamental até o 3º ano do ensino médio, transformando de forma drástica as políticas curriculares de Mato Grosso com relação ao componente curricular referido.

A partir de nossos estudos, temos compreendido que a centralidade/hegemonia (Laclau, 2011) curricular de regulação dos futuros juvenis estão a gravitar pela fé no ensino da Língua

Inglês, o que se materializa nas políticas voltadas ao Inglês, em nosso contexto local. Assim, além de ofertar itinerários formativos, o estado opta por construir escolas vocacionadas.

Esse espaço, em nosso contexto, possui duplo objetivo, sendo eles o foco no esporte e no ensino de línguas. Por se tratar de uma temática cheia de ramificações e detalhamento, em nossa pesquisa, por enquanto, estamos focalizando a compreensão sobre a Política de Mais Inglês, no bojo dessa rede complexa de políticas e atores que impactam na produção curricular.

Em um recente estudo realizado pelas autoras Pereira e Stanton (2023) foi evidenciado que Mato Grosso e Minas Gerais tem sido os estados que estão se destacando em melhorar o ensino de inglês no contexto da Educação Básica. Essa melhoria, segundo as autoras, se relaciona com a implantação do Programa Mais Inglês, que tem por objetivo desenvolver os cinco eixos definidos pela BNCC; sendo eles: ouvir, falar, ler, escrever de modo a assegurar as relações de interculturalidade tanto por parte do estudante como dos professores.

Considerando a compreensão do lugar que o repertório ocupa no contexto de ensino e aprendizagem, interessa-nos entender de que forma os estudantes estão ressignificando o currículo partindo de um programa em que as metas a serem cumpridas semanalmente se relacionam com as lógicas de desempenho no uso da plataforma; sendo o ranqueamento uma estratégia de avaliação para cada final de nível. Entendemos que, para o estudante do Ensino Médio, após todo o contexto supramencionado, ainda se faz maior a expectativa de performatividade, visto a pressão pela terminalidade da Educação Básica e a definição de um projeto de futuro.

Essa pressão, ao nosso compreender, conduz e estrutura a lógica performática para o estudante. A esse respeito, basta indicar elementos como a premiação com um programa de intercâmbio, caso esse estudante consiga a proficiência na língua, criando um ambiente competitivo em sala de aula. Destacamos que essa lógica pode ser entendida a partir dos estudos de Ball (2002) em que nos alerta sobre a performatividade e seus efeitos no contexto da prática. Para o autor, as “Novas formas de disciplinas são colocadas pela competição, eficiência e produtividade. E novos sistemas éticos são introduzidos, baseados no auto interesse institucional, pragmatismo e valor performativo” (Ball 2002, p. 7). Tais aspectos acabam exigindo, tanto do estudante quanto do professor, uma atitude que busca mais a eficácia e os pensamentos em ações, trazendo para si total responsabilidade do seu aprendizado/ensino.

Compreendemos a performatividade a partir de Ball (2010), como forma de produção e desempenho que podem ser notados nas políticas adotadas atualmente na rede estadual de Mato Grosso. A política de ranqueamento envolvendo alunos, professores e escolas nos leva à teoria de fabricação de um novo princípio educativo alinhado às políticas globais enquanto uma forma

pela qual a performatividade “[...] são obtidas pela adoção de práticas e políticas particulares” (Ball 2010, p. 48).

Trata-se, portanto, da emergência de um discurso performático, que regula e impacta na produção das subjetividades juvenis. Esse discurso performático, que busca sua validação na política curricular de ranqueamento nos propõe um questionamento quanto ao que produz ou não significado no aprendizado do estudante.

No tocante a esse aspecto, destacamos que a lógica de ranqueamento está em um bojo complexo de significados sobre a performatividade, no qual os itinerários formativos também estão presentes. O ranqueamento via plataformização do ensino corrobora para a projeção de *tipos humanos*, traduzidos em números (Popkewitz, 2013).

Nesse sentido, enquanto resultado de projetos escolares/curriculares, os resultados advindos do processo de plataformização nem sempre são condizentes com a realidade vivenciada pela escola. Além disso, desconfiamos que essa atuação nas plataformas de ensino de Inglês oportunizam uma artificialização do que se tem compreendido como aprendizagem da língua. Nesse aspecto, ainda que possa ser um acessório ao professor nas suas atividades, tais plataformas precisam ser mais bem analisadas e posicionadas em termos de práticas pedagógicas de ensino e vivência da língua.

Entendemos, portanto, que a padronização de identidades para os jovens, opera com vistas ao silenciamento das potencialidades juvenis em face da sua realidade vivenciada pelos jovens. Tal movimento de silenciamento culmina em processos de exclusão, mesmo que escamoteado por bandeiras de democratização do conhecimento oportunizada pela plataforma de ensino.

### **3 Análise e discussão dos resultados do processo de revisão das produções**

No que diz respeito ao processo de levantamento de textos (artigos) sobre o tema, destacamos que, a busca por produções sobre itinerários formativos permitiu levantamento nocional sobre a temática. Os textos encontrados passaram por leitura compreensiva, e, embora muitos tangenciassem o contexto do Ensino Médio, 17 textos<sup>2</sup> abordavam os itinerários formativos de modo central, tal levantamento foi realizado entre maio e junho de 2024<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> Devido ao formato deste trabalho, optamos por não apresentar a listagem de trabalhos analisados, o que faremos, caso o trabalho seja aprovado, na sua apresentação.

<sup>3</sup> Nossa equipe é composta de 4 pessoas. O trabalho de levantamento tem se dado de modo coletivo, mas cada pesquisador focaliza o seu interesse de modo articulado ao tema pessoal de estudo. Somente uma pesquisadora é voluntária, pois sua pesquisa não se relaciona diretamente com o Ensino Médio.

Quanto ao processo de levantamento textual e sua análise, situamos que, os resultados do que denominamos revisão de literatura advém de artigos publicados sobre o tema entre 2018 e 2024, a fim de que fosse possível compreender como os contextos locais da política têm se organizado no que é denominado implementação curricular. Dada a dispersão dos artigos, a busca se deu de modo livre, pelo Google Acadêmico, sem vinculação direta a uma plataforma. Outrossim, realizamos um levantamento documental sobre as políticas textualizadas pela Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso, destacando as temáticas consideradas mais relevantes para o futuro juvenil no Estado e que pudessem estar associadas com conjunto significativo *itinerários formativos*.

No movimento inicial de busca, foi possível visualizar uma incipiente produção de pesquisas sobre o Ensino Médio após a BNCC (mestrado e doutorado), especialmente em Mato Grosso, mas também, um movimento de circulação de problematização sobre a temática via artigos, produzidos por pesquisadores doutores, em vários estados brasileiros, especialmente na discussão de propostas locais (ES, BA, RJ, por exemplo).

No tocante aos itinerários, as discussões problematizam as escolhas dos estudantes frente à *flexibilização curricular* proposta. Essa expressão, aliás, foi identificada como hegemônica nas produções levantadas. Além disso, a dinâmica dos temas abordados segue uma estruturação por área de *conhecimento ou disciplinas*, sendo mais frequente a menção às *linguagens (letramentos e tecnologias)*, às *ciências e à geografia*. Nesse sentido, foi possível identificar uma intensa disputa do campo disciplinar, destacando o esforço das disciplinas (comunidade disciplinar) por se fazer presente na estruturação dos itinerários, algo que atualiza nossa compreensão sobre a tradição disciplinar destacada por Goodson (1997; 2008).

As demandas pela organização temporal das disciplinas também se organizam por meio da flexibilização, sendo os nomes dos componentes curriculares alheios ao que comumente se conhece enquanto disciplina, novos nomes, contudo, somente escamoteiam o foco de abordagem do professor, algo que tensiona tal sujeito pelo excesso de diretividade quanto ao trabalho em determinados itinerários (empreendedorismo, engajamento empresarial). Nesse sentido, compreendemos haver um tensionamento sobre a relação com a área de formação de professores ministrantes (filosofia, sociologia, linguagens), bem como sobre os conhecimentos escolares formalizados nesse contexto de tradução da intencionalidade reformista, a saber, tornar o jovem um sujeito competitivo ao campo das profissões. Em nossa compreensão isso resguarda um caráter injuntivo que bloqueia a deliberação pelos sujeitos da política na leitura das relações sociais e a função da escola na atualidade (Laclau, 2013).

Sobre a organização das orientações normativas, foi realizado o levantamento de

documentos que compõem a Política Curricular de Ensino Médio do Estado de Mato Grosso, também entre maio e junho de 2024. Nesse aspecto, foram levantados documentos normativos, de caráter legal ou não, como notícias de mobilização deliberativa, referentes às demandas assinaladas como oriundas dessa etapa da Educação Básica para o Estado.

Tal levantamento documental sinalizou para as seguintes temáticas: *parceria entre público e privado; tecnologias e ensino médio; organização curricular e projeto de vida; escolas vocacionadas; política de mais inglês.*

#### **4 Refletindo sobre o Mais Inglês na Política de Mato Grosso**

Com o aumento da ênfase do domínio de línguas estrangeiras no mercado de trabalho, no Brasil, mais especificamente em Língua Inglesa, tal idioma tem sido compreendido como essencial por vários aspectos, educacional, profissional e pessoal. Nesse contexto, as políticas educacionais são desenvolvidas com o objetivo de promover a proficiência dos estudantes desde a Educação Básica, agregando um diferencial competitivo para o espaço laboral futuro.

O programa *Mais Inglês MT*, implementado pelo Governo do Estado de Mato Grosso, tem como objetivo inicial promover o processo de ensino aprendizagem, desenvolvendo os eixos de oralidade, leitura e escrita no idioma. Consideramos que os alunos podem utilizar de outros meios para aprenderem o idioma, gerando assim uma produção autônoma.

Outrossim, entendemos que nem sempre a aprendizagem mediada pela plataforma se corporifica como eficaz, pois desloca o lugar do professor para mero assistente da plataforma, mediando usos e frequência de uso pelos estudantes. Interessa-nos compreender de modo mais aprofundado a interação dos estudantes com a plataforma de aprendizagem na escola<sup>4</sup>, bem como o processo de identificação com o modelo de premiação adotado a partir da plataformização do ensino de inglês na política de *Mais Inglês*.

#### **5 Considerações finais**

Considerando as demandas identificadas pelo levantamento bibliográfico, identificamos centralmente a demanda pela organização temporal das disciplinas enquanto *flexibilização curricular*, pois essa parece ser uma preocupação relacionada à imposição dos itinerários

---

<sup>4</sup> Um dos projetos de pesquisa ligados a este estudo focalizará especificamente este interesse de investigação.

formativos, além de uma crítica a *emocionalização* como uma forma de *customização curricular*. A partir dessas primeiras impressões sobre as demandas destacadas na disputa curricular, via discurso acadêmico, pretendemos problematizar a *fantasia* em torno de uma garantia de futuro juvenil projetada no contexto de MT.

Com relação as temáticas levantadas em documentos normativos em Mato Grosso, destacamos que elas consistem, conforme Laclau (2013), em condensações (nomes) de políticas com vistas a garantir futuro juvenil. Sobre esse tópico, cabe atenção a relação as parcerias público/privado podemos citar uma ação tentativa de tradução curricular no âmbito do estado que implica na *sebralização*<sup>5</sup> do *Ensino Médio*.

Ainda no âmbito dos itinerários, mas com uma abrangência muito maior, que diz respeito a estruturação do futuro ao jovem, temos as escolas vocacionadas: com suas especificidades, línguas e esporte. No âmbito geral das escolas, a política do *Mais inglês*, parece representar essa tentativa de garantir mais futuro aos jovens atendidos pela rede estadual, consistindo em uma ação que concretiza, fixando sentidos sobre itinerários (*caminhos, trilhar, percursos*) a serem seguidos.

Este estudo inicial nos permitiu delimitar o âmbito de interesse quanto as políticas educacionais locais, situando processos de articulação e hegemonias na produção curricular. Em nossos próximos passos, ensejamos aprofundar aspectos levantados por meio do balanço das produções identificadas, significantes em destaque e documentação normativa que regula e projeta futuros juvenis para os estudantes do Ensino Médio em MT.

## Referências

BALL, Stephen J. Reformar escolas/reformar professores e os terrores da performatividade **Revista Portuguesa de Educação**, vol. 15, núm. 2, 2002, pp. 3-23 Disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/374/37415201.pdf> Acesso em Acesso em: 05 de junho de 2024

BALL, Stephen J. Performatividade e fabricações na economia educacional: rumo a uma sociedade performativa. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 35, n. 2, p. 37-55, 2010.

---

<sup>5</sup> Termo operado, no âmbito de nossas análises, para sintetizar o perfilamento das políticas educacionais de Educação Básica no Estado (anos iniciais e ensino médio), visto que identificamos que a demanda por alfabetização impulsionou a busca por uma referência em Sobral, implicando na *sobralização* da política de anos iniciais; no Ensino médio, a demanda por futuro juvenil tem, entre outras ações, implicado na entrada do Sebrae nas escolas.

BALL, Stephen John.; MAGUIRE, Meg.; BRAUN, Annette. **Como as escolas fazem as políticas:** atuação em escolas secundárias. Trad. Janete Bridon. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016. 230 p.

BIESTA, Gert. **Boa Educação na Era da Mensuração.** Tradução Teresa Dias Carneiro. Cadernos de Pesquisa, V. 42, nº147, p. 808-825. Disponível em [Vista do Boa educação na era da mensuração \(fcc.org.br\)](#) Acesso em: 05 de junho de 2024.

BRASIL, MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM).** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12598:publicacoes>. Acesso em 28/03/2024.

BRASIL, MEC. **Resolução CNE/CEB 03/2018.** Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Publicada DOU, Brasília, 22/11/2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2018-pdf/102481-rceb003-18/file>. Acesso em 01 abr. 2024.

GOODSON, Ivor. **construção social do currículo.** Lisboa: Educa, 1997.

GOODSON, Ivor. **Currículo: teoria e história.** Petrópolis: Vozes, 2008.

LACLAU, E. **Emancipação e diferença.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

LACLAU, Ernesto. **A razão populista.** Tradução: Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LOPES, A. C.; MACEDO, E. **Teorias de currículo.** São Paulo: Cortez, 2011.

LOPES, Alice Casimiro. Democracia nas políticas de Currículo. **Cadernos de Pesquisa,** São Paulo, v. 42, n. 147, p. 700-715, set./dez. 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742012000300003>

MOTA, Érico R. L. C.; CASAGRANDE, A. L.; ALONSO, K. M. Política educacional para o Ensino Médio: O Projeto “Escola Plena” no contexto Mato-Grossense. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação,** Araraquara, v. 17, n. n. esp. 3, p. 2273–2293, 2022. DOI: 10.21723/riaee.v17iesp.3.16728. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/16728>

PEREIRA, Thaianie; STANTON, Sarah. Aprendizado de inglês no Brasil. Disponível em: <https://www.thedialogue.org/about/?lang=pt-br>. Acesso em: 20, julho, 2023.

POPKEWITZ, Thomas S. Números em grade de inteligibilidade: dando sentido à verdade educacional. In: TURA, Maria de Lourdes Rangel; GARCIA, Maria Manuela Alves (org.). **Currículo, políticas e ação docente.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p. 19-50.